

QUESTÕES LINGUÍSTICAS E GRAMATICAIS

A FORÇA ARGUMENTATIVA DAS FUNÇÕES ACESSÓRIAS: O ADJUNTO ADNOMINAL EM FOCO³

Fabiane Celeste Pereira Galiza (UFES)

O estudo da linguagem verbal, articulada, tem uma longa história. Essa capacidade exclusivamente humana de comunicação sempre despertou a atenção e a curiosidade dos homens nas mais diferentes épocas e culturas. No entanto, foi no século XX que vimos nascer o estudo científico da linguagem no Ocidente, com a publicação do *Curso de Linguística Geral* (1916) de Ferdinand de Saussure.

Enquanto a Linguística é uma jovem Ciência a despontar no cenário científico, a primeira gramática de que se tem notícia é a de Pânini para o sânscrito. Contudo, afirma-se que os estudos gramaticais tenham iniciado com os gregos, numa perspectiva filosófica, como, aliás, era do feito grego apreciar as diversas questões do conhecimento e da natureza, descobrindo assim a estrutura da língua. Com o advento do Império Romano, em sua dominação dos demais povos, os romanos receberam essa tradição dos gregos, e traduziram do latim os nomes das partes da oração e dos acidentes gramaticais. Muitas destas denominações chegaram aos nossos dias.

E é assim que os estudos gramaticais entram para as grades curriculares de nossas escolas. Como assegura Ignácio (2003, p. 20), não é de agora que a análise sintática, da maneira como é tradicionalmente concebida e ensinada, tem-se constituído no terror dos alunos. Paradoxalmente, o seu ensino tem servido para provocar a aversão pelo estudo da língua ou para fomentar a falsa ideia de que a “língua portuguesa é a mais difícil de todas”. Adiciona-se a isso ainda mais alguns aspectos: 1. o fato de haver muita divergência classificatória entre as propostas das mais diversas gramáticas; 2. a utilização apenas de fragmentos de textos literários de sintaxe altamente complexa como *corpus* para análise; e, por fim, 3. a concepção de língua preconizada pelos gramáticos.

³ Este trabalho faz parte de uma Pesquisa maior coordenada pela Profa. Dra. Lúcia Helena Peyroton da Rocha (Núcleo de Pesquisa em Linguagens – UFES). As pesquisas do Núcleo estudam fenômenos linguísticos a partir da perspectiva Funcionalista da língua.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

A concepção tradicional define a gramática como a “arte de falar e escrever bem” e não tem como objetivo estudar a língua como um “sistema de relações”. Sendo assim, segundo Ignácio (2003), a gramática tradicionalista abarca as seguintes preocupações:

a) no plano da produção linguística, preocupa-se com formular regras de boa linguagem sempre com base num registro socialmente privilegiado. As pessoas consideradas cultas, os literatos, é que constituem a fonte de todas as regras. A língua escrita dessas pessoas é que serve de modelo aos gramáticos. A gramática se preocupa, assim, com a parte estética, artística, da linguagem e não com o mecanismo interno, com a estrutura da língua;

b) no plano da análise linguística, a sua preocupação passa a ser classificar e definir os termos de acordo com a lógica. Assim, o substantivo se define como ‘a palavra que designa os seres e as coisas’; o verbo, como ‘a palavra que exprime ação ou estado’ etc. (...) (Ignácio, 2003, p. 15).

Ademais a tradição gramatical da Língua Portuguesa entende que as funções sintáticas têm que ser categorizadas em essenciais, integrantes e acessórias. Essa subdivisão das funções nos traz algumas inquietações, uma vez que se o sujeito é abarcado sob o rótulo de essencial, o que fazer com as orações sem sujeito (cf. *Choveu muito ontem. Trovejou durante toda a noite*); e, se entre os termos integrantes figuram os objetos direto e indireto, como classificar o sintagma preposicionado *em Vitória* na frase: *Ana mora em Vitória?* E, ainda, o que fazer com as funções “acessórias” da frase: *Ana leu o livro de Machado de Assis, mas não leu o livro de Fernando Pessoa*.

Se levarmos em conta que a palavra *acessório*, por definição, é o “que segue ou acompanha o principal; é o menos importante, é o secundário” e retomarmos o exemplo *Ana leu o livro de Machado de Assis, mas não leu o livro de Fernando Pessoa*, extraindo dele apenas os adjuntos adnominais – *de Machado de Assis* e *de Fernando Pessoa*, teremos ou um exemplo agramatical: **Ana leu o livro, mas não leu o livro*; ou estaremos dizendo algo diferente do que se pretendeu inicialmente.

Há muito, a gramática tradicional vem recebendo críticas por não conseguir dar conta de explicar uma série de fenômenos linguísticos. Talvez isso aconteça por descuido? Acreditamos que não, afinal os gramáticos que se arriscam na árdua missão de organizar uma gramática normativa são exímios estudiosos, doutores nas artimanhas da língua. Essa gramática cumpre o seu objetivo: listar regras

QUESTÕES LINGÜÍSTICAS E GRAMÁTICAIS

do falar e escrever bem. Entretanto, com os avanços das pesquisas em Linguística, observa-se que as regras tal como preconizam os estudos tradicionais não abarcam os fenômenos da linguagem em sua totalidade. Até porque a concepção de língua adotada se distancia e muito do paradigma funcionalista que ressalta a função que a forma linguística desempenha na interação comunicativa.

Este terá como ponto de partida alguns conceitos consignados em nossos manuais de gramática, especialmente os que dizem respeito às funções acessórias. Como por exemplo, a definição que Cunha & Cintra apresentam, em sua *Nova Gramática do Português Contemporâneo* (2001), para *termos acessórios*: “termos que se juntam a um nome ou a um verbo para precisar-lhes o significado. Embora tragam um dado novo à oração, não são eles indispensáveis ao entendimento do enunciado” (2001, p. 149).

Said Ali, em sua *Gramática Secundária e Gramática Histórica da Língua Portuguesa* (1964, p. 127), define *termos acessórios* como aqueles “que individualizam ou especificam o sujeito, predicado ou complemento, ou lhes acrescentam qualquer esclarecimento.”. Analisando os vocábulos “individualizam ou especificam” e “acrescentam (...) esclarecimento”, podemos observar que elementos responsáveis por desempenhar tais funções não podem ser classificados como meramente acessórios.

Os livros didáticos abordam a questão das funções acessórias de maneira similar à gramática tradicional. Acerca do *adjunto adnominal*, Mauro Ferreira afirma, em *Aprender e Praticar Gramática* (2003) que esse termo é aquele que “se associa a um nome para especificar o sentido desse nome, atribuindo-lhe uma característica, qualidade ou modo de ser”. (2003, p. 387). Cereja & Magalhães, em *Português: Linguagens* (1999) não se distanciam da definição de Ferreira no que diz respeito aos termos classificados como *adnominais*: “é o termo da oração que modifica um substantivo, qualquer que seja a sua função sintática, qualificando-o, especificando-o, determinando-o ou indeterminando-o.” (1999, p. 400). Mais uma vez nos questionamos: como termos que “especificam”, “determinam”, “qualificam”, “indeterminam”, “modificam o substantivo” podem ser considerados dispensáveis ao entendimento de um enunciado? Os alunos também se inquietam com isso.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Indo de encontro ao que preconiza a tradição encontra-se o livro *Curso de gramática aplicada a textos* (2001), de Ulisses Infante:

Falar de termos acessórios da oração pode sugerir a falsa impressão de que se está tratando de elementos dispensáveis das frases e textos. Essa impressão não corresponde à verdade: esses termos são acessórios porque não fazem parte da estrutura básica da oração, que se organiza em torno do verbo e dos nomes ligados a ele pela concordância ou pela transitividade. Isso não significa, no entanto, que sejam supérfluos – as informações que transmitem são fundamentais a uma comunicação satisfatória (Infante, 2001, p. 459).

Assim como na abordagem de Infante, encontraremos à luz da proposição de linguistas, como Ignácio (2003), indícios que propiciam uma reflexão sobre a força argumentativa das funções consideradas “acessórias”:

É falso o conceito de que os termos acessórios não são necessários ao entendimento do enunciado (...). Por um lado, do ponto de vista da comunicação, não há elemento supérfluo num enunciado bem formado. Por outro lado, há termos considerados acessórios que são indispensáveis ao entendimento do enunciado (Ignácio, 2003, p. 54).

Além de auxiliar no ensino das funções acessórios – adjunto adnominal, o presente estudo também ampliará a visão, hoje reducionista, dessas funções tão essenciais aos enunciados como as demais. Nessa perspectiva, e em conformidade com o funcionalismo linguístico, o objetivo maior do ensino de língua portuguesa é o desenvolvimento de competências necessárias a uma interação autônoma e participativa nas situações de interlocução, leitura e produção textual.

Este estudo se justifica na medida em que, dentre outras razões, adotamos com Neves (1997, p. 3) uma orientação de que a gramática deva ser funcional e dinâmica. É funcional porque não separa o sistema linguístico e suas peças das funções que têm de preencher, e é dinâmica porque reconhece, na instabilidade da relação entre estrutura e função, a força dinâmica que está por detrás do constante desenvolvimento da linguagem. A principal tarefa de uma “gramática funcional”, como acentua Beaugrande citado por Ignácio (2003, p. 15) é “fazer correlações ricas entre forma e significado dentro do contexto global do discurso”.

QUESTÕES LINGÜÍSTICAS E GRAMATICAIS

Partimos da hipótese de que os adjuntos não podem ter um tratamento meramente sintático, há que se observar a importância desse elemento considerado “acessório” dentro do contexto discursivo-pragmático. Para tanto, iremos comparar os três primeiros parágrafos do conto *Felicidade Clandestina*, de Clarice Lispector: num primeiro momento, completo e num segundo, sem alguns adjuntos.

TEXTO COMPLETO

Ela era gorda, baixa, sardenta e de cabelos excessivamente crespos, meio arruivados. Tinha um busto enorme, enquanto nós todas ainda éramos achatadas. Como se não bastasse, enchia os dois bolsos da blusa, por cima do busto, com balas. Mas possuía o que qualquer criança devoradora de histórias gostaria de ter: um pai dono de livraria.

Pouco aproveitava. E nós menos ainda: até para aniversário, em vez de pelo menos um livrinho barato, ela nos entregava em mãos um cartão-postal da loja do pai. Ainda por cima era de paisagem do Recife mesmo, onde morávamos, com suas pontes mais do que vistas. Atrás escrevia com letra bordadíssima palavras como "data natalícia" e "saúde".

Mas que talento tinha para a crueldade. Ela toda era pura vingança, chupando balas com barulho. Como essa menina devia nos odiar, nós que éramos imperdoavelmente bonitinhas, esguias, altinhas, de cabelos livres. Comigo exerceu com calma ferocidade o seu sadismo. Na minha ânsia de ler, eu nem notava as humilhações a que ela me submetia: continuava a implorar-lhe emprestados os livros que ela não lia.

TEXTO SEM ALGUNS ADJUNTOS

Ela era gorda, baixa, sardenta e de cabelos excessivamente, meio arruivados. Tinha busto, enquanto nós todas ainda éramos achatadas. Como se não bastasse, enchia bolsos, por cima do busto, com balas. Mas possuía o que qualquer criança gostaria de ter: pai dono.

Pouco aproveitava. E nós menos ainda: até para aniversário, em vez de pelo menos livrinho, ela nos entregava em mãos cartão-postal. Ainda por cima era de paisagem mesmo, onde morávamos, com pontes mais do que vistas. Atrás escrevia com letra bordadíssima palavras como "data natalícia" e "saúde".

Mas que talento tinha para crueldade. Ela toda era vingança, chupando balas com barulho. Como menina devia nos odiar, nós que éramos bonitinhas, esguias, altinhas, de cabelos. Comigo exerceu com ferocidade sadismo. Na ânsia de ler, eu nem notava humilhações a que ela me submetia: continuava a implorar-lhe emprestados livros que ela não lia.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Após a leitura dos dois trechos, percebemos que a retirada de alguns termos “acessórios” prejudicou sobremaneira o sentido de alguns momentos do conto. Como por exemplo:

“Mas possuía o que qualquer criança gostaria de ter: pai dono.” – a ausência da locução “de livreria” faz com que o leitor perca uma informação de extrema relevância: profissão do pai, o que este possuía.

“Ainda por cima era de paisagem mesmo, onde morávamos, com pontes mais do que vistas.” – a ausência da locução “do Recife”, novamente faz com que o leitor perca uma informação fundamental: o local onde as personagens moram.

A presente pesquisa tem como objetivos principais examinar o conceito de adjunto apresentado pelos estudos tradicionais e pelos livros didáticos; analisar a importância dessa função, contrapondo as definições defendidas pelas gramáticas normativas e pela maioria dos livros didáticos que, equivocadamente, consideram-nas acessórios; e, finalmente, mostrar a importância argumentativa desse elemento.

Este trabalho será desenvolvido a partir da análise das definições do termo acessório (adjunto) registradas em gramáticas e em livros didáticos. Iremos nos ater à modalidade escrita da língua Portuguesa. Para tanto, a nossa investigação linguística adotará os seguintes procedimentos fundamentais:

1) Constituir o *corpus*, a partir do gênero Frases. Essas Frases constam da seção Veja Essa, da Revista Veja, do período de janeiro de 2008 a janeiro de 2009. A escolha do *corpus* se deu em função de a Veja ser um importante veículo de informação, de circulação nacional.

2) Levantamento, leitura e fichamento das abordagens funcionalistas sobre o tema.

3) Depreensão, a partir da leitura proposta, da descrição linguística que tenham consonância com a investigação proposta;

4) Análise da suposta estrutura de passiva a partir do resultado teórico apreendido anteriormente;

QUESTÕES LINGÜÍSTICAS E GRAMATICAIS

5) Compilação dos resultados e apresentação de relatórios.

Com isso, pretendemos que o nosso trabalho se reverta em benefício da Língua Portuguesa, no que tange a controvertida discussão em torno do caráter acessório *VS* indispensável do adjunto. Pretendemos levar os resultados deste estudo para as escolas de Vitória e da Grande Vitória, com vistas a apresentar uma nova perspectiva de abordagem gramatical. Isso pode-se dar em forma de publicação, de seminários etc. Com isso, tornaremos visíveis as nossas pesquisas que muitas vezes ficam circunscritas apenas a nossas bibliotecas.

REFERÊNCIAS

ABREU, Antônio Suarez. *Curso de redação*. 12ª ed. São Paulo: Ática, 2006.

ALI. Said. *Gramática secundária e gramática histórica da língua portuguesa*. 3ª ed. Brasília: UnB, 1964.

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: —. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37ª ed. Rio de Janeiro: Lucena, 2005, p. 411-414, 436-460.

BORBA, Francisco da Silva et alii. *Dicionário de usos do português do Brasil*. São Paulo: Ática, 2002.

BRONCKART, Jean-Paul. *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sociodiscursivo*. Trad. Ana Rachel M. E Péricles C. São Paulo: EDUC, 1999.

CEREJA, Wilian Riberto, MAGALHÃES, Thereza Cochar. *Português: Linguagens*. 3ª ed. São Paulo: Atual, 1999.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Orgs.). *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

FERREIRA, Mauro. *Aprender e praticar gramática*. Ed. renov. São Paulo: FTD, 2003.

FURTADO DA CUNHA, M. A.; OLIVEIRA, M. R. de; MARTELOTTA, M. E. (orgs.). *Linguística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GIVÓN, T. *From discourse to syntax: grammar as a processing strategy*, [1979].

HOPPER, Paul & THOMPSON, Sandra. Transitivity in grammar and discourse. *Language*, 56, p. 251-299, 1980.

IGNÁCIO, Sebastião Expedito. *Análise sintática em três dimensões*. 2ª ed. São Paulo: Ribeirão Gráfica, 2003.

INFANTE, Ulisses. *Curso de gramática aplicada aos textos*. São Paulo: Scipione, 2001.

INFANTE, Ulisses; NICOLA, José de. *Gramática contemporânea da língua portuguesa*. São Paulo: Scipione, 1997.

KURY, Adriano da Gama. *Novas lições de análise sintática*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Ática, 2006.

LIMA, Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 44ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.

LISPECTOR, Clarice. *Felicidade clandestina*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

LUFT, Celso Pedro. *Moderna gramática brasileira*. 2ª ed. São Paulo: Globo, 2002.

MELO, Gladstone Chaves de. *Gramática fundamental da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1968.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

PEZATTI, E. G. O funcionalismo em linguística. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (orgs.). *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2004, vol. 3.

SACCONI, Luiz Antonio. *Nossa gramática*. 10ª ed. São Paulo: Atual, 1989.

QUESTÕES LINGÜÍSTICAS E GRAMATICAIS

TORRES, Artur de Almeida. *Moderna gramática da língua portuguesa*. 25ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

VOTRE, S. J. *Linguística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, 1992.